



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Secretaria Especial da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento [DESCREVER]
Coordenação Técnica do IPHAN-BA

PARECER TÉCNICO nº 503/2021/COTEC IPHAN-BA/IPHAN-BA

ASSUNTO: Revalidação do Ofício das Baianas de Acarajé

REFERÊNCIA: Proc. 01450.001455/2021-40

Salvador, 13 de setembro de 2021.

I. INTRODUÇÃO

O registro do Ofício das Baianas de Acarajé como Patrimônio Imaterial Brasileiro, inscrito em 2005 no Livro de Saberes, foi um importante instrumento para o reconhecimento do legado dos saberes africanos no Brasil. O presente Parecer Técnico apresenta a reavaliação do Ofício das Baianas de Acarajé para a Revalidação de seu título como Patrimônio Cultural Brasileiro.

A Revalidação dos títulos de Patrimônio Imaterial está prevista no Decreto nº 3.551/2000 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial na legislação brasileira, assim como criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Em seu Art. 7º, o Decreto cita a necessidade do IPHAN realizar a revalidação dos títulos de Patrimônio Cultural do Brasil "pelo menos a cada dez anos", quando é encaminhado para avaliação do Conselho Consultivo do IPHAN uma nova análise de sua pertinência.

Considerando a necessidade de otimizar recursos técnicos e orçamentários para a execução dos procedimentos necessários à Revalidação, bem como de atualização dos respectivos atos normativos, a Resolução nº 05/2019 consolidou e estruturou os processos de reavaliação dos Bens Culturais Imateriais optando por um olhar atento às transformações dos bens desde que foram registrados, percebendo os efeitos das políticas de salvaguarda e as possibilidades de atualização de alguns entendimentos anteriores. A partir desta nova compreensão, sintetizada na Resolução nº 05/2019, muitos Bens têm passado pela análise do Conselho Consultivo a fim de repactuar seus estatutos de Patrimônio Cultural Brasileiro.

Com relação à reavaliação ora em tela, a metodologia adotada pela Superintendência do IPHAN na Bahia partiu da consolidação de um grupo de trabalho composto por servidores com experiência e cargos voltados aos Bens Imateriais. Neste grupo, estudou-se as principais publicações a respeito do Ofício das Baianas de Acarajé, tais como o próprio processo de Registro do Bem; o Dossiê de Registro; o estudo realizado a partir da Consultoria da UNESCO/IPHAN em 2010, a dissertação defendida no Mestrado Profissional do IPHAN por Alessandra Rodrigues Lima, além de atas dos seminários desenvolvidos pela Superintendência.

É importante pontuar o contexto de escassez de recursos, assim como o tempo exíguo para a realização de uma pesquisa profunda a respeito do Bem. Além disso, o fator tempo se torna ainda mais

escasso em relação a outros bens de abrangência local já que o Ofício das Baianas de Acarajé possui ações de salvaguarda em curso em pelo menos três superintendências. Considerando, ainda, as dificuldades impostas pela pandemia no que tange a eventos presenciais, o baixo número de servidores responsáveis por lidar com grande volume de outras demandas de trabalho na Superintendência, o presente parecer apresenta algumas limitações se comparado com o trabalho realizado no Registro por equipe de pesquisa contratada exclusivamente para este fim. Tentando contornar as dificuldades citadas acima, buscamos garantir alguma participação das detentoras no processo de reavaliação dos Bens e das políticas de Salvaguarda realizando uma pesquisa por meio de um questionário online distribuído via redes sociais. Baseando-nos no material bibliográfico citado acima, assim como no Ofício Nº 287/2021/DPI-IPHAN e Nota Técnica nº 22/2021/COREG/CGIR/DPI, elaboramos algumas questões fundamentais para entendermos as diferentes dimensões levantadas desde o Registro do Bem. O objetivo foi garantir, mesmo que parcialmente, a escuta das detentoras com relação aos principais temas que aparecem desde o início do processo de Registro, tentando mapear as transformações e avaliar os impactos da salvaguarda.

II. O OFÍCIO DAS BAIANAS DE ACARAJÉ

Protagonista do tabuleiro de uma baiana, o acarajé tece uma rede de relações que nos leva à estreita relação do Brasil com África. Presente desde o período colonial brasileiro, quando mulheres negras saíam vendendo seus acarajés em gamelas pelas ruas da cidade de Salvador, este saber e ofício, trazido da África Ocidental, de locais como o Golfo do Benim, veio ao Brasil e aqui desenvolveu características próprias, sem deixar de cultuar as dimensões ancestrais que o constituíram.

Conforme descreve o Dossiê de Registro:

Herdeiras dos ganhos, as baianas de tabuleiro, baianas de rua, baianas de acarajé ou simplesmente baianas, segundo o costume regional, preservam receituários ancestrais africanos, sobretudo da costa ocidental, com destaque para os dos lorubá. Verdadeiras construtoras do imaginário que identifica a cidade de Salvador – com suas comidas, sua indumentária, seus tabuleiros e suas maneiras de vender –, essas mulheres, monumentos vivos de Salvador e dos terreiros de candomblé, são um tipo consagrado, revelador da história da sociedade, da cultura e da religiosidade do povo baiano (p. 16).

Através do acarajé, as baianas articulam um sistema culinário que vive relembrando e atualizando importantes dimensões históricas e sociais do Brasil. Como destaca o Dossiê de Registro, o acarajé é parte de um universo cultural e simbólico costurado pelo ofício das Baianas que tem no tabuleiro seu apogeu:

Ao estabelecerem elos entre os terreiros de candomblé e os espaços da cidade, as baianas de acarajé tornam públicos cardápios sagrados, geralmente desenvolvidos nos terreiros pelas iabassês, conhecedoras dos ingredientes e das maneiras ritualizadas de preparar comidas de santos. Assim, na mistura dos temperos, como pimenta-da-costa e outras pimentas, com azeite-de-dendê, quiabo, feijões, camarão seco e gengibre, por exemplo, transferem para os tabuleiros heranças simbólicas em forma de acarajé, abará, acaçá, bolinho-de-estudante, cocadas, bolos... Esses elos são reafirmados por utensílios de trabalho (mocós, balaios, cestos), indumentária e relações sociais que se estabelecem entre a baiana e aqueles que consomem o acarajé (p. 17).

Essa tradição ancestral, ancorada nas religiões de matriz africana, se desenvolveu como importante prática de comércio ambulante. Frito na hora, vendido na rua para fregueses que o comem em pé, sem talheres ou pratos, o acarajé é uma importante fonte de renda para diversas famílias. Ao mesmo tempo, estabelece um elo inconfundível e cotidiano da população baiana com as religiões de matriz africana.

Essa variedade de dimensões que o acarajé faz passar enquanto elemento de devoção, de sustento econômico, culinário, assim como importante integrante do turismo baiano, historicamente serviu

para garantir recursos às comunidades religiosas que vendiam o acarajé nas ruas da cidade de Salvador para arcar com os ciclos de suas festas, assim como foi capaz de garantir autonomia econômica às famílias negras recém libertas da escravidão.

É essa fusão entre obrigação religiosa, culto às tradições e autonomia econômica que marcou o ofício das baianas de acarajé na Bahia e em outros estados onde o ofício se popularizou:

Enquanto testemunhos patrimoniais integrados à religião, à arquitetura, à população, ao turismo, as baianas de acarajé mantêm viva uma tradição ancestral, importante componente de um sistema culinário que, além de alimentar e satisfazer o paladar, articula diferentes dimensões da vida social: liga os homens aos deuses, o sagrado ao profano, a tradição à modernidade (p. 17-18).

Na sua dimensão religiosa, o acarajé é a comida sagrada e ritual ofertada, principalmente, aos orixás Xangô (Alafin), Oiá (Iansã), mas também a Obá e aos Erês. No mito narrado por Nancy de Sousa, ialaxé do Terreiro Ilê Axé Opô Aganju, citado pelo Inventário "Celebrações e Saberes da Cultura Popular: acarajé em Salvador" e que serviu de base para o dossiê de Registro, conta-se que "o acarajé é a forma figurada do agerê, o fogo que é feito na segunda obrigação de Xangô" (fl. 23) . Como o mito descreve, Oxum resolve dividir Xangô com Oiá, fazendo-a olhar a panela que todos os dias levava a Xangô. No momento em que Oiá descobre que Xangô comia acarajé, ou seja, fogo, ela passa a ser também sua esposa e a comer junto dele. Acarajé seria, portanto, essa junção entre o verbo comer "je" e o substantivo fogo, "acarajé".

Neste mito pode estar também a referência aos relatos de algumas baianas que defendem o acarajé acompanhado apenas de pimenta, já que não teria imagem mais direta com a noção "de comer fogo". Segundo algumas baianas, esta seria a forma antiga de se vender acarajé nas ruas. É importante salientar que a partir de histórias e mitos como este que os terreiros se apresentam como lugares importantes e fundamentais de abrigo dos saberes ancestrais que permitiram o surgimento e a manutenção do ofício das baianas ao longo do tempo:

Inicialmente, o acarajé vendido nas ruas tem o formato de uma colher de sopa e era consumido puro, protegido por parte de uma folha de bananeira, levando, no máximo, quando era pedido, um pouco de pimenta, seguindo, assim, o princípio do acarajé dos terreiros. Hoje, porém, incorporam-se, na forma de recheio, outros elementos da culinária local (camarão seco, vatapá, e caruru). A salada de tomate e cebola também foi introduzida. Esses recheios ampliaram o tamanho do acarajé vendido nas ruas, tornando-o uma espécie de sanduíche, chamado de "sanduíche nagô" ou "acarajé-burgue" (fl. 24 Inventário "Celebrações e Saberes da Cultura Popular: acarajé em Salvador").

Comida de rua, comida de santo, meio de vida: o ofício das baianas de acarajé foi se consolidando nas ruas de Salvador ao longo de décadas e se espalhou pelo país a partir deste conjunto de práticas de matriz africana, levando consigo as indumentárias das baianas, o tabuleiro posto nas ruas e a oferta do acarajé, do abará junto aos acompanhamentos já incorporados de camarão seco, vatapá, caruru e salada de tomate – a maneira mais usual e popular de se experimentar o acarajé nos dias de hoje.

III. O REGISTRO

O pedido de registro do Acarajé como bem cultural de natureza imaterial foi proposto em 2002 pela Associação de Baianas de Acarajé, Mingau e Receptivos do Estado da Bahia (ABAM), pelo Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá e pelo Centro de Estudos Afro Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA).

A solicitação foi realizada, primeiramente, para inclusão do Acarajé como Patrimônio Imaterial, ainda sem a noção, portanto, de um ofício protagonizado pelas Baianas de Tabuleiro. O pedido foi principalmente baseado no levantamento de referências culturais implementado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Funarte/Minc por meio do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular que

buscou inventariar as técnicas de feitura do acarajé, o seu universo simbólico relacionado, assim como documentos científicos e artísticos sobre o bem.

O Dossiê de instrução, anexado ao pedido de Registro do Acarajé, e produzido pelos pesquisadores do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, tornou-se referência para o próprio dossiê de Registro e para as ações de salvaguarda subsequentes.

Após análise da solicitação, abriu-se a instrução técnica do Registro no qual consta o Parecer nº 02/2004 da Gerência de Registro/DPI (fl. 132 processo 01450.008675/2004-01), documento conclusivo da fase de instrução do processo de Registro do Acarajé. É neste parecer que vemos pela primeira vez a mudança de objeto que estava sendo analisado pelo IPHAN. O Registro passou a focar "no Ofício das Baianas de Acarajé, em Salvador, BA, imprescindível à salvaguarda dessa tradicional ocupação", advogando para a mudança do "Acarajé" para o "Ofício das Baianas de Acarajé". Segundo disserta, os estudos e ações realizadas pelo IPHAN ampliaram o entendimento que o acarajé é "o alimento emblemático do universo dos saberes e modos de fazer das baianas de tabuleiro". Foi a partir deste entendimento que redimensionou-se o objeto para o "Ofício das Baianas de Acarajé", apresentando em seguida todos os aspectos a ele relacionados:

Preparação, produção e comercialização dos diversos itens alimentares, entre os quais se destaca o acarajé; os elementos associados à venda, como a complexa indumentária da baiana, a preparação do tabuleiro e dos locais onde se instalam, a natureza informal do comércio e os locais mais costumeiros de venda; os significados atribuídos pelas baianas ao seu ofício e os sentidos atribuídos pela sociedade local, e nacional, a esse símbolo da identidade baiana, que também é representativo dos grupos afro-descendentes em outras regiões do Brasil (fl. 134. Vol 2, part. 1).

O documento chega a nomear como objeto de Registro o "ofício da baiana de tabuleiro em Salvador", tornando significativo o universo das baianas de tabuleiro assim como à cidade de Salvador. É interessante notar as consequências deste encaminhamento, quiçá explique o grande protagonismo das baianas de tabuleiro nas ações de salvaguarda subsequentes ao registro, e a pouca expressividade de ações em contextos diferentes do tabuleiro, como nos terreiros em cerimônias religiosas. Além disso, o foco na cidade de Salvador, mais ainda no centro e nas áreas turísticas, segue sendo questionado por baianas que colocam seus tabuleiros em outras áreas da cidade – como veremos adiante, é bastante expressivo o número de baianas fora do contexto central de Salvador, assim como nos interiores da Bahia e alhures.

O parecer também aponta os riscos a que o Ofício das Baianas estava submetido à época, e que seguem sendo realidade no contexto baiano. O mais destacado é a apropriação dos saberes do ofício por parte de atores que disputam o comércio do acarajé sem vinculação religiosa e histórica com ele, como, por exemplo, os grupos evangélicos que vendem o "bolinho de Jesus" na tentativa de apagar a relação com as religiões de matriz africana presente no ofício das baianas, ou mesmo as grandes padarias e supermercados que passaram a vender o acarajé no comércio formal, oferecendo-o em seus cardápios ou congelados para consumo caseiro. Como aponta o parecer, tais apropriações têm gerado disputas de mercado que concorrem para a fragilização da prática tradicional reconhecida no Registro, já que não levam em consideração os aspectos religiosos e devocionais que são historicamente caros ao ofício.

IV. A SALVAGUARDA

Nos anos que se seguiram ao registro do Ofício das Baianas de Acarajé em 2005, uma série de ações foram promovidas ou apoiadas pelo Iphan, em parceria com detentores e poderes públicos de outras esferas para o fortalecimento e salvaguarda dos saberes relacionados ao bem registrado. Aqui, buscaremos identificar as ações realizadas ao longo desses dezesseis anos, apontar as ações de maior impacto, bem como discutir os avanços e desafios da salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé nos dias atuais. Buscaremos abordar também as principais questões levantadas na Nota Técnica nº 22/2021/COREG/CGIR/DPI sobre as ações de salvaguarda. Abaixo, listamos as ações mais relevantes

realizadas nos âmbitos das Superintendências de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo ao longo desses dezesseis anos:

- 2007 Capacitação de gestoras da ABAM na Bahia
- 2007-2009 Adequação de espaço e aquisição de equipamentos para o Centro de Referência das Baianas de Acarajé - Memorial das Baianas em Salvador
- 2007-2009 Projeto “A arte e o ofício da Baiana de Acarajé: ações de difusão e valorização para fortalecer o Memorial das Baianas de Acarajé”
- 2008-2009 Oficinas de transmissão de saberes no Memorial das Baianas em Salvador
- 2010 Instituição do Dia Nacional das Baianas de Acarajé em 25 de novembro
- 2011 Curso de capacitação das Baianas de Acarajé no SENAC-RJ
- 2011 e 2012 Apoio aos Ciclos de Formação das Baianas de Acarajé em Salvador e no Rio de Janeiro
- 2011-2015 Mapeamento das Baianas de Acarajé no Estado do Rio de Janeiro
- 2012 III Encontro Nacional das Baianas de Acarajé em Salvador
- 2012 Seminário Baianas de Acarajé - Patrimônio Cultural Imaterial no Rio de Janeiro
- 2012-2018 Reuniões e seminários de mobilização em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, bem como para formação do Conselho Gestor de Salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé e ciclo de reuniões do conselho
- 2013-2019 Apoios às comemorações do dia das baianas de acarajé no Rio de Janeiro e em Salvador (em algumas edições das festas neste intervalo de tempo)
- 2015 Lançamento da Plataforma Oyá Digital, banco de dados digital para inserção contínua de informações sobre o Ofício das Baianas de Acarajé
- 2015 Produção de folderes de divulgação do ofício das baianas no Rio de Janeiro
- 2017-2018 Oficina “Baiana nas Escolas” no Rio de Janeiro
- 2018 Campanha "Valorize a baiana do acarajé, valorize o Patrimônio Cultural do Brasil"
- 2019 Seminário das Baianas de Acarajé em Salvador
- 2021 Reunião com MP-BA e outros órgãos públicos sobre denúncias de violação de direitos das Baianas de Acarajé em Salvador

As atividades listadas ocorreram tanto sob a forma de contratação direta, apoios, através de convênio com a ABAM ou mesmo como parte de ações não-orçamentárias desta instituição em parceria com detentoras e com órgãos públicos municipais e estaduais.

Nesse processo, a principal interlocutora tem sido a Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares (ABAM) em quase todos os estados onde já são colocadas em prática ações de salvaguarda. Ainda que seja uma associação com uma estrutura mais verticalizada, é digno de nota a capilarização da ABAM pelo país e sua representatividade frente a um expressivo número de detentoras, sobretudo na Bahia, mas também em outros estados brasileiros, como veremos de forma mais detalhada no tópico “Reavaliação”.

É relevante perceber como em praticamente todos os anos entre 2007 e a atualidade foram realizadas ações de salvaguarda direcionadas ao ofício das baianas de acarajé. As ações ocorreram em grande medida nas superintendências da Bahia, do Rio de Janeiro e também em São Paulo. Devido à complexidade do relatório, ao prazo exíguo e às muitas demandas que enfrentamos na Superintendência,

como explicitado na introdução deste parecer, não conseguiremos abordar de forma mais detalhada aspectos da salvaguarda de outros estados.

Ainda que não seja viável abordar em detalhes todas as ações promovidas ou apoiadas pelo IPHAN nas últimas duas décadas, faz-se necessário abordar de forma mais aprofundada algumas ações de maior contribuição para uma reflexão crítica a respeito das políticas de preservação desse ofício tradicional.

Memorial das Baianas de Acarajé (2009)

O Memorial das Baianas de Acarajé é um centro de referência deste bem cultural localizado na Praça da Sé em Salvador - BA. O espaço foi inaugurado em 2009, fruto de diversos apoios e parcerias constituídos pelo IPHAN. Para o funcionamento do local, uma série de ações foram empreendidas desde a capacitação das gestoras, investimentos em infraestrutura bem como elaboração de projeto expográfico, dentre outros. Ainda assim, o espaço encontra uma série de dificuldades, sobretudo de manutenção que atrapalham seu bom funcionamento. Além disso, ainda é um espaço desconhecido para muitas detentoras já que, segundo o formulário realizado, apenas 50,3% das participantes afirmou já ter visitado o Memorial. Para Patrícia Martins:

Entretanto, o espaço exerce pouca atração para as próprias baianas de acarajé, que definitivamente não se apropriam do Memorial. Para elas, é mais um local pro turista visitar aqui no Pelourinho, diz a baiana de acarajé que comercializa próximo ao local, pra gente mesmo não funciona. Para Danilo Moura: o problema foi o conceito academicista implantado no Memorial, foi pensado por pesquisadores, não com as baianas, é um espaço elitista que não tem relação com as baianas (MARTINS, 2010: 30).

Apesar das dificuldades, continua sendo um importante espaço de referência e difusão do ofício das baianas, onde muitas vezes ocorrem cursos bem como visitas turísticas. O espaço também ganha visibilidade no dia 25 de novembro, quando é comemorado o Dia das Baianas de Acarajé.

Plataforma Oyá Digital (2015)

Desenvolvida em conjunto com a ABAM, a plataforma Oyá Digital, criada em 2004, recebeu também apoio da Fundação Cultural Palmares, e tinha como objetivo oferecer um conteúdo online composto por notícias, eventos, dados das baianas de acarajé filiadas à associação, documentos importantes do Registro, e demais tópicos relativos ao Ofício das Baianas de Acarajé.

Depois de alguns anos em funcionamento, a plataforma passou a apresentar uma série de problemas que impediram seu acesso contínuo. Como foi produzida a partir de parceria entre IPHAN e ABAM, a gestão de seus problemas também foi objeto de alguns desentendimentos entre estas duas instituições. Além disso, a empresa responsável pelo desenvolvimento da plataforma se baseou em aplicações privadas, de código fechado, dificultando a atualização das mesmas assim que passavam a não ser mais suportadas pelas plataformas de hospedagem e gestão de banco de dados.

Tais dificuldades foram crescendo até que o IPHAN decidiu investir na renovação dos domínios da plataforma e do banco de dados. Em 2018, em contratação de uma nova empresa, renovou-se a hospedagem do sítio online até 2024 e do banco de dados até 2027. No entanto, os problemas de operação dos aplicativos da plataforma seguiram, ocasionando o não funcionamento da página até os dias de hoje.

Atualmente, recebemos diversas solicitações sobre a página, desde pesquisadores buscando informações, ou algumas demandas populares em eventos públicos, até a própria ABAM solicitando acesso ao banco de dados presente na plataforma. Em uma das últimas ocorrências relativas a ela,

disponibilizamos acesso à ABAM para que a associação pudesse contratar uma empresa de serviços especializados para o conserto da plataforma – ainda sem funcionamento.

Entendemos que a plataforma seria uma ótima ferramenta para mantermos um banco de dados online das baianas de acarajé, podendo ser utilizada como fonte de informações sócio-econômicas que seriam de grande valia para o desenvolvimento das ações de salvaguarda. Nesse sentido, o imbróglcio com relação à responsabilidade sob a plataforma acaba por atrapalhar ambas instituições. No entendimento dos técnicos desta superintendência, o IPHAN poderia responsabilizar-se pela hospedagem de plataformas digitais não só relativas ao Ofício das Baianas de Acarajé, mas de todos os Bens Registrados. A partir de plataformas geridas tecnicamente pelo IPHAN, mas com amplo acesso dos detentores, poderíamos produzir informações valiosas a cada um dos ofícios, nos aproximando de seus detentores, assim como teríamos ferramentas úteis para operacionalizar políticas de salvaguarda mais amplas e democráticas.

Seminário das Baianas de Acarajé (2019)

O Seminário das Baianas de Acarajé, ação promovida pelo IPHAN no âmbito da Superintendência da Bahia, ocorreu nos dias 21 e 22 de novembro de 2019 no auditório da Casa dos Sete Candeeiros, no Centro Histórico de Salvador. Ainda que tenha contado com poucos recursos financeiros para o transporte das baianas de acarajé para o local, foi notável a grande participação das detentoras que vieram não só de Salvador, como de cidades do interior da Bahia e mesmo de outros estados brasileiros. Tal mobilização se deveu, sobretudo, aos esforços empreendidos pela ABAM para garantir a vinda dessas mulheres de outras cidades: o evento contou com 148 inscrições.

No que concerne à programação, o seminário contabilizou um total de três mesas e um espaço de discussão com os seguintes temas: 1. Ofício das baianas de acarajé: 14 anos como patrimônio cultural brasileiro – patrimônio, salvaguarda e revalidação; 2. Baianas pelo Brasil: experiências compartilhadas; 3. Racismo e intolerância religiosa na venda e consumo de acarajés; 4. Diretrizes para discussão e elaboração do plano de salvaguarda do ofício das baianas de acarajé na Bahia.

A primeira mesa teve como convidados os dirigentes do DPI/IPHAN, IPAC, CCPI, FUNCEB, ABAM e ASSEBA e tratou de uma série de temas, incluindo o processo de revalidação do ofício das baianas. A segunda mesa foi composta exclusivamente por baianas de acarajé, representantes da ABAM nos estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. O terceiro espaço contou com a presença de lideranças religiosas bem como de uma baiana de acarajé com experiência no tema e o quarto espaço, por se tratar de um momento com metodologia diferenciada, não teve convidados e foi mediado pelos técnicos do IPHAN.

O evento como um todo foi bastante movimentado, contando com a lotação máxima do auditório (com capacidade para cerca de 100 pessoas) durante quase todos os momentos. Não houve uma evasão expressiva ao longo do evento. Além disso, não só contou com muitas presenças como foi marcante a intensa participação das detentoras nos debates realizados, que trouxeram muitas contribuições relevantes para identificarmos desafios, riscos bem como para que fosse possível traçar de forma mais elaborada diretrizes para a salvaguarda deste bem nos próximos anos.

Muitos temas pertinentes à salvaguarda do ofício das baianas foram discutidos e para introduzir o tema, gostaríamos de transcrever a fala de uma detentora que perpassa diversas questões trabalhadas ao longo do evento. A sra. Maria Emília Bittencourt, é baiana de acarajé há quase seis décadas e tem seu tabuleiro, o famoso Acarajé de Oyá, localizado no Porto da Barra. É possivelmente, como ela mesma se intitula, uma das detentoras mais antigas ainda em atividade no Brasil hoje e durante a mesa “Ofício das baianas de acarajé: 14 anos como patrimônio cultural brasileiro – patrimônio, salvaguarda e revalidação”, nos disse assim:

Hoje, eu sou a baiana mais antiga vendendo acarajé aqui em Salvador. Uma das [mais antigas]. Porque tem mais duas. Tem Lindinalva lá do Largo de Amaralina. Tem Jaciara e tem minha cunhada. Eu sou uma das baianas mais antigas. Eu venho de um terreiro de candomblé. Sou do Alagêmin, casa de Oxóssi. 130 anos de fundado. Minha lalorixá, minha avó. Eu sou a 5ª geração de acarajé. A 5ª não, a 4ª

geração de acarajé. Comecei a fazer acarajé ralando na pedra que não era no pilão. Onde o acarajé só era feito só com pimenta e o camarão ia dentro da pimenta [...]. Bom, deixa eu me identificar, né? Meu nome é Maria Emília, eu sou baiana de acarajé há 56 anos. Comecei no Largo de Amaralina onde praticamente quase tudo começou. Hoje eu estou no Porto da Barra. No meu tabuleiro a logomarca é Acarajé de Oyá. Embaixo vem “Dona Emília”. Por que eu botei isso? Porque o acarajé não é meu, não é de Rita, não é de Joselice. O acarajé é de Iansã. E Iansã é Oyá. Então o que eu fiz: humildemente, pedi licença a Iansã para vender o alimento dela para alimentar os meus filhos. Então o que eu fiz: Acarajé de Oyá. Embaixo, humildemente, Dona Emília. Várias pessoas hoje copiou. Não tenho nada a ver. Agora eu acho assim, que cada um deveria botar a sua digina. Todo mundo sabe aqui o que é digina né? Sua digina... não fica todo mundo assim igual, entendeu? E outra, quando a mulher saía do Roncô que ela era determinada, não eram todas as mulheres. Eram algumas que eram determinadas a vender o acarajé a depender do orixá ou que o orixá dela determinasse. Então, quem era de Xangô às vezes também vendia acarajé. Quem era de Oxóssi, ia vender boi. Quem era de Nanã, de Oxum, lemanjá iam vender mingau. E a maioria das mulheres de Iansã iam vender o acarajé. Então, elas saíam, elas teriam que estar tipicamente trajadas. É por isso que hoje, a baiana de acarajé ela veste a indumentária. Para os evangélicos, que é um assunto que não deveria nem ser tratado aqui, mas que eu vou tratar porque aqui deve ter algumas: “Ah! Eu não vou vestir a roupa”. Como você não veste a roupa se você está vendendo o bolinho? “Bolinho de Jesus”. Gente, quando Jesus andou no mundo ele não comeu feijão, ele comia pão, trigo. Então vamos acabar com essa história de bolinho de Jesus e assumir. Porque elas fazem assim: “bolinho de Jesus, mas eu não visto a roupa”. O que eu quero dizer com isso? Escaldado de fato [sic] Ô... Resguardo de fato, comendo tripa. Vocês entenderam o que eu quis dizer? Quer dizer [aplausos]... Obrigada! Obrigada! Não podem vestir a roupa, mas podem ganhar dinheiro com o acarajé de Oyá. Como é que pode? Entendeu? Então eu acho isso uma... uma... vai acabar... tá acabando com a tradição. Outra coisa que eu acho: quando começou a se vender o acarajé era só a pimenta torrada como ela falou no anterior que era tudo ralado na pedra. A pimenta torrada com o camarão dentro. O acarajé só era só isso, servido na folha de banana. O progresso vai chegando, as coisas vão se valorizando. Tudo bem. Houve a mudança? Houve. Agora, gente... vamos ter um pouquinho de consciência. Vamos valorizar nossa cultura e vamos deturpar menos a comida de nossa mãe. Vamos tirar o caruru, vamos tirar a salada. Entendeu? O vatapá tudo bem que já é uma coisa assim que o pessoal já não aceita mais que tire, mas a salada? A salada do acarajé. Eu vou contar a vocês um pouco da história do porquê que vendem a salada no acarajé. A baiana vendia peixe, caranguejo e passarinha. A salada era para ser usada no peixe, na passarinha e no caranguejo. Algum saidinho pediu para botar a salada no acarajé e aí ficou. O caruru, algumas baianas começou a vender caruru, vatapá, feijão fradinho também dentro do tabuleiro. Começaram a pedir: “Ah, baiana...”. Começaram a comer assim: pegava o acarajé, cortava, melava no caruru e botava na boca. O que aconteceu: associou o caruru com o acarajé que o caruru é um prato à parte. A salada não tem nada a ver com o acarajé. Então eu acharia assim: minhas colegas de trabalho, eu sei que é dinheiro. Mas vamos tirar a salada, vamos tirar o caruru. Não tem nada a ver. Entendeu? O recheio de frango! Tem gente botando doce dentro do acarajé. O que é isso, gente? Pelo amor de deus. Bacalhau? Ó... porque eu acho assim ói: o acarajé quando ele é bem-feito... Tá? Quando ele é bem-feito ele é comido até puro! Tá? Agora quando ele é malfeito... ele tem que ter qualquer acompanhamento. É como se você fosse comer o feijão sem pimenta [aplausos]. Entendeu? Então vamos ter consciência. Vamos dar valor ao que é nosso e vamos valorizar o nosso produto. Vamos fazer uma coisa bem-feita. Eu tenho vários fregueses... - porque a baiana de acarajé ela não tem cliente, ela tem freguês. Eu tenho vários fregueses que eu chego e digo assim: “Ah! Não tenho salada não”. “Ah, baiana, me dê assim mesmo que eu como o seu acarajé até puro”. Então se você tiver consciência daquilo que você está levando, daquilo que você está oferecendo ao freguês ele não vai se incomodar em querer vatapá, em querer salada porque tem dias que eu digo assim: “Ói, não tem mais vatapá não. Vai?”. “Vai, baiana, me dê assim mesmo”. Então se a gente começar a reeducar esse povo, eles vão ter consciência e o acarajé vai voltar a ser o acarajé normal, entendeu? Uma coisa boa que todo mundo... e tem mais! O nosso custo vai ser bem menos, o ganho bem maior, viu gente?

Uma verdadeira mestra do saber, dona Emilia, como é conhecida, vem trabalhando com a venda do acarajé possivelmente desde a década de 60. Sua fala, além de abordar questões sensíveis a respeito da religiosidade de matriz africana vinculada ao ofício das baianas, é um testemunho vivo das transformações que ocorreram com o bem e nos aponta os principais desafios enfrentados na atualidade para preservação dos saberes relacionados ao ofício das baianas.

Como ela nos conta, a venda do acarajé em Salvador pelas baianas tem sua origem fortemente vinculada ao Largo de Amaralina e todo o desenvolvimento deste ofício se deu a partir de um

arcabouço de referências de matriz africana, intrinsecamente vinculado à religiosidade dos terreiros de Candomblé. O acarajé, até meados do século XX era servido de uma forma diferente de como o comemos hoje: o acarajé ralado na pedra servido na folha de bananeira apenas com a pimenta, moída com camarão, como acompanhamento.

Um dos desafios ao se trabalhar com salvaguarda do patrimônio imaterial é, por se tratar de um patrimônio vivo e dinâmico, identificar de que forma as transformações que ocorrem ao longo do tempo com o bem cultural atuam sobre aquele conjunto de práticas e saberes tradicionais. O que é danoso e o que é parte do curso de transformações vividas por qualquer expressão cultural? Para essa resposta, nada melhor do que exercer processo de escuta aos próprios detentores, ainda que, muitas vezes, não haja consensos.

Para a sra. Emília, por exemplo, o vatapá, apesar de não constituir parte da receita original, já foi incorporado pela cultura baiana e passa a se tornar elemento aceitável de mudança. Os demais ingredientes lhe parecem danosos à tradição da qual ela própria contribuiu para difundir. Esse não é um ponto de consenso para todas as baianas: algumas já admitem e incorporam acompanhamentos como o caruru e a salada em seus pratos. No entanto, há alguns fundamentos da prática do ofício que parecem ser pacificados entre quase a totalidade das baianas: o acarajé não deve ser vendido com acompanhamentos completamente desvinculados da matriz africana como goiabada, bacalhau, frango dentre outros; o acarajé deve ser vendido pela baiana, vestida com sua indumentária e no tabuleiro de rua - esse são dois pontos que diferenciam, na visão das detentoras, a baiana de acarajé dos demais “vendedores de acarajé”.

Há, no entanto, embates entre os limites de uma visão mais empreendedora sobre o ofício e da identidade das baianas enquanto detentoras de um saber tradicional de matriz africana: enquanto algumas baianas fazem pender a balança mais para o discurso da necessidade de aprimoramento das vendas e sua capacitação no universo do mercado, outras reforçam a necessidade de incentivar as formas tradicionais de venda e comercialização dos produtos. Ao nosso ver, não há uma definição certa ou errada para a questão: são diferentes estratégias de resistência de grupos de trabalhadoras frente às dificuldades impostas pelo modelo político e econômico em que estão inseridas. Ainda assim, no geral, todas as baianas de acarajé que participam dos espaços de salvaguarda promovidos pelo IPHAN concordam que, apesar das necessidades de cunho econômico, há que sempre se valorizar a identidade e a ancestralidade ligada à religiosidade de matriz africana.

Afinal, acarajé é comida de Oyá. Como bem colocou a sra. Emília, “o acarajé não é meu, não é de Rita, não é de Joselice. O acarajé é de Iansã. E Iansã é Oyá. Então o que eu fiz: humildemente, pedi licença a Iansã para vender o alimento dela para alimentar os meus filhos”. Falar, por exemplo, em “bolinho de Jesus” é, no popular, “resguardo de fato, comendo tripa”. Em outras palavras, apropriação cultural.

Ainda assim, é digno de nota apontar a forma como as baianas de acarajé percebem a inserção de segmentos evangélicos no ramo: há um grande espectro de situações consideradas aceitáveis ou não para essas detentoras no que concerne à preservação cultural de seu ofício. Para isso, faz-se necessário recorrer a outra fala no seminário: desta vez, advinda da baiana Érica, uma jovem que se identificou como evangélica mas que, em muitos sentidos, foi bem recebida por grande parte do público presente. Diferentemente das “vendedoras de bolinho de Jesus”, a sra. Érica é de uma tradicional família de baianas de acarajé de Salvador e, segundo ela, ainda que seja evangélica, tem grande respeito pela ancestralidade, pelo nome do acarajé, sua história e suas formas de preparo. Segundo a sra. Érica, sua identidade enquanto evangélica e sua identidade enquanto baiana se conciliam permitindo mesmo o uso da indumentária tradicional.

Nesse ponto, é importante perceber como na atualidade o arquétipo do ofício se vincula não só a religiosidade de matriz africana como também, e sobretudo, à identidade cultural e familiar dessas mulheres. Ainda que esses segmentos de baianas evangélicas não estejam seguindo muitos dos preceitos tradicionais do Candomblé, há certos limites aceitáveis por parte de muitas detentoras, ainda que não todas, para a atuação daquelas mulheres desde que respeitem certos fundamentos do ofício e reforcem o respeito à ancestralidade e religiosidade africana. A questão do respeito à história familiar de baianas como a sra. Érica possivelmente também atuam para essa maior aceitação.

Apesar disso, como bem pontuou a sra. Rita Soto, baiana de acarajé de Campos dos Goytacazes, posturas como a da sra. Érica parecem ser a exceção e não a regra no cotidiano dessas

mulheres. Muitos são os relatos de baianas que sofreram e ainda sofrem com o racismo e a intolerância religiosa, sobretudo em cidades do interior do Brasil, das quais destacamos alguns relatos:

A Sra. Rita Soto, do Rio de Janeiro em Campos dos Goytacazes, informa que vem acompanhando a luta de Rita e ajudou desde o início na organização da ABAN [sic]. A mesma relata que sua cidade é evangélica, trabalhou na prefeitura e só conseguiu vender seu acarajé através da economia solidária; tem uma carteira de ambulante e não é reconhecida como Baiana de acarajé. A Sra. Rosileide Santana/Rosa de Oxum, de Vitória da Conquista, informa que os tabuleiros na sua cidade foram suspensos e quando foi se reunir com o prefeito descobriu que ele era evangélico, declaradamente contra as Baianas. Ela denuncia eventos de violação de direitos humanos constantes nas comunidades de terreiro e quilombola. Ela segue denunciando que seu terreiro foi apedrejado diversas vezes. Ela explica que já denunciou a todos os órgãos e até agora nada foi feito. A Sra. Gil explica que a abolição no Brasil não chegou. Ela denuncia que em Vera Cruz, cidade onde mora, ela passa por perseguição de uma barraqueira de praia que chegou a colocar fogo na sua barraca e ameaçar com a polícia (p. 7 da Ata do I Seminário Estadual das Baianas de Acarajé - BA).

No interior da Bahia, foram muitos os relatos de intolerância, bem como situações de muito conflito com os órgãos de ordenamento público. No geral, foram feitas muitas cobranças sobre a necessidade de interiorização das políticas tanto da ABAM quanto do IPHAN, o que deve ser levado em consideração nas ações de salvaguarda que vierem a ser realizadas por esta instituição. No caso das baianas que vieram de outros estados brasileiros, além das situações de intolerância e racismo e dos conflitos com as prefeituras municipais, muitas foram as situações relatadas de isolamento (em cidades onde as baianas não são um grupo expressivo) e dificuldade de acesso às políticas públicas, inclusive no diálogo com outras superintendências do IPHAN onde ainda não existem em curso ações de salvaguarda. Devido a questões relacionadas ao registro do bem, o que será discutido de forma mais detalhada em um tópico específico do texto, é uma crítica geral das detentoras a concentração de ações de salvaguarda na capital baiana, sendo necessário, na visão dessas mulheres, ampliar a salvaguarda para outros estados brasileiros, bem como fortalecer as ações naquelas superintendências em que elas já existem, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Outro tema que perpassou diversos momentos do seminário foi a questão dos conflitos com as prefeituras em relação às políticas de ordenamento público. Essas queixas advieram tanto das baianas do interior da Bahia, como de outros estados brasileiros e principalmente das baianas de Salvador. Um dos participantes, o sr. Edson Costa, apontou para a necessidade de se articular uma rede de apoio com participação de órgãos públicos e associações da sociedade civil para enfrentar esse problema. No geral, os conflitos se dão essencialmente sob duas vias: a primeira, diz respeito à retirada de tabuleiros de baianas em processos de requalificação urbana e a segunda, sobre a dificuldade de obtenção de licenças para instalação de tabuleiros e comercialização dos produtos. Não é incomum que essas mulheres sejam tratadas como meras trabalhadoras informais e sejam obrigadas a se retirar de locais em que atuam há muitos anos. Em Salvador e região metropolitana, situações como essas ocorreram em muitos lugares, inclusive no Bonfim e em praias como Ondina e Guarajuba. Esses dois últimos casos foram denunciados formalmente pela ABAM ao IPHAN, o que gerou a produção de dois pareceres técnicos sobre o tema (nº SEI 2417296 e 1725787). Ainda que saibamos da limitação do escopo de atuação desta instituição, por se tratar de um órgão do âmbito da cultura e que não tem poder de polícia para lidar com o patrimônio imaterial, é do entendimento deste corpo técnico que ações devem ser formuladas para enfrentar essa questão, já que se configura como um verdadeiro risco à produção e reprodução cultural destes saberes. Nesse sentido, o caminho da articulação institucional parece o mais profícuo e em decorrência das análises técnicas produzidas sobre o tema, o IPHAN-BA foi convidado a participar de reunião pública com o MP-BA para contribuir no diálogo com órgãos da instância municipal quanto a essas questões.

Essa questão se faz ainda mais relevante já que os conflitos apontados não dizem respeito apenas às instâncias municipais já que, em alguns casos, há relatos de conflitos com o próprio IPHAN no que tange a permanência de tabuleiros próximos a bens tombados, como foi o caso, por exemplo, de uma situação que ocorreu com a sra. Jurivina da Silva em que seu tabuleiro, localizado há 28 anos na praça da Igreja do Bonfim teve que ser deslocado. É evidente que situações como essa devem ser individualmente apuradas. No entanto, esse não foi um caso isolado já que recebemos relatos de outros grupos de detentores, como foi o caso da Banca de Trovadores dos cordelistas na Praça Cairu que segue há muitos

anos sem solução. Tais situações dizem respeito a um problema maior que deve ser enfrentado de modo mais amplo pela nossa instituição pois demonstram a necessidade de maior integração entre as políticas de patrimônio material e imaterial: a preservação de um bem cultural não pode acarretar na degradação de outro.

No geral, o Seminário das Baianas de Acarajé de 2019 foi um espaço de escuta e discussão importante, mas foi também um espaço de proposição já que, todas as principais questões levantadas ao longo do seminário foram sistematizadas e, na última sessão do evento, foram elaboradas novas diretrizes de ação para a salvaguarda do ofício das Baianas de Acarajé a curto, médio e longo prazo.

Primeiro, foram retomadas as diretrizes apontadas no Dossiê quando do registro do bem, que perpassavam as dimensões do direito, patrimônio e educação: iniciativas que pudessem oferecer suporte jurídico para formação/instrumentalização de quadros da ABAM; fomento de discussões sobre gênero, bens associados, e religião, ações de valorização, difusão, e divulgação junto à sociedade, formação e instrumentalização de quadros da ABAM, discussão com órgãos de vigilância sanitária e implementação de políticas municipais e estaduais sobre trabalho.

Após esse momento, as participantes foram convidadas a sugerir, dentro desse quadro e do que foi discutido ao longo do seminário, propostas de ações que pudessem constar quando da elaboração do plano de salvaguarda do ofício das baianas de acarajé na Bahia, independentemente se seriam ações promovidas pelo IPHAN, pela ABAM ou por outros órgãos, do que foram listados o seguinte:

- Elaboração de cartilha para suporte jurídico em casos de racismo e intolerância religiosa
- Ampliar o diálogo entre IPHAN, MP e prefeitura em relação aos processos de “requalificação” em Salvador e em relação às licenças municipais
- Mapeamento das baianas em Salvador e interior da Bahia
- Realização de Seminário Nacional das Baianas de Acarajé para discussão e integração entre baianas de diferentes partes do país
- Criação de uma rede com entidades parceiras para proteção das baianas de acarajé contra violação de seus direitos
- Profissionalização da ABAM
- Ampliação da abrangência do título de patrimônio cultural brasileiro para outros estados do Brasil
- Capacitação e sensibilização de gestores públicos para atuar na implementação e gestão de políticas patrimoniais
- Interiorização do IPHAN e da ABAM para atuar junto às baianas que moram fora da capital da Bahia
- Produção de documentários ou biografias com as memórias de baianas mais antigas

Além disso, se tirou o indicativo de realização de uma série de reuniões e oficinas em diferentes cidades baianas para elaboração do plano de salvaguarda do ofício das baianas de acarajé no estado. A deliberação era de que tais reuniões já fossem realizadas no ano de 2020 ou 2021, no entanto, com a pandemia de COVID-19 essa ação teve que ser postergada para um contexto de melhora do quadro epidemiológico do país.

É relevante apontar também, a grande diferença de engajamento notado no Seminário de 2019 se comparado aos primeiros eventos promovidos no âmbito da salvaguarda do Ofício das Baianas. Em relação ao I Ciclo de Formação das Baianas de Acarajé, por exemplo, realizado em 2011, Alessandra Lima aponta que:

A ausência de recursos que facilitassem o entendimento dos conceitos e situações descritas pelo palestrante tornou atividade enfadonha, o que pode ser ilustrado pelo esvaziamento da sala e de conversas paralelas. [...] As atividades iniciam com uma dinâmica muito longa e sem finalidade objetiva. O público estava visivelmente cansado e disperso. As atividades propostas além de serem executadas lentamente eram excessivamente disciplinadoras, sem objetivos que pudessem ser articulados à temática proposta. A oficina sobre cooperativismo também foi iniciada com uma dinâmica de grupo. Sem a indicação da finalidade da dinâmica, a exposição passou a tratar dos princípios e conceitos de associativismo e, além disso, foram apresentados alguns exemplos práticos desse tipo de organização. Os termos e conceitos não foram esmiuçados, já que a exposição partia do pressuposto que as ouvintes dominavam as terminologias apresentadas. Um entendimento possível a partir da observação é a de que as baianas, público alvo, não foram atingidas pelas falas, inclusive porque as atividades não possuíam efetivamente formato de oficina (LIMA, 2012: 115-116)

Tais diferenças entre esses dois eventos que distam oito anos entre si nos dão indícios de um amadurecimento em relação à política de salvaguarda tanto do ponto de vista das detentoras participantes do evento, como das suas dirigentes e também do próprio IPHAN que tem progressivamente ampliado sua capacidade de diálogo com esse segmento.

V. REAVALIAÇÃO

Após nos debruçarmos sobre as diferentes dimensões do Bem, assim como nas escolhas feitas no seu processo de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil, podemos partir para as questões abordadas pela Nota Técnica nº 22/2021 quando retoma aspectos importantes presentes no Dossiê de Registro. Conforme mencionamos acima, realizamos consulta às Baianas de Acarajé por meio de um questionário online, distribuído via aplicativo de mensagens a partir dos contatos da ABAM.

Embora o questionário tenha limites quanto à extrapolação de seus resultados, principalmente devido ao contexto de pandemia e de distanciamento social que nos encontramos, consideramos que pode ser considerado um importante instrumento de pesquisa complementar aos métodos já empregados desde o início do processo de Registro. Ao ser encarado como fonte de informação complementar, ele pode enriquecer nosso entendimento a respeito do ofício, principalmente por ter contado com expressiva participação de baianas do Brasil todo. Tivemos 433 participantes ao total, número alto considerando que nenhum recurso orçamentário foi despendido e que, se não fossem os meios digitais, talvez não tivéssemos condições operacionais de realizar esta consulta.

Dados socioeconômicos

Uma das primeiras questões que buscamos aprofundar com a pesquisa foi a respeito do gênero das detentoras/es. Com o questionário, confirmou-se o intenso predomínio do gênero feminino na venda do acarajé, correspondendo a 90,1% dos participantes da pesquisa (Gráfico 01, Anexo I). Outro dado importante obtido pelo questionário foi o fato de 90,5% dos participantes terem apontado para a venda de acarajé como o ofício que mais contribui para sua renda familiar (Gráfico 10, Anexo I). Se lembrarmos das discussões travadas no processo de Registro, vemos como apontava-se a venda de acarajé e o ofício das baianas como receita complementar à renda das famílias, mas não sua principal fonte de recurso como apontou a maioria expressiva das participantes do questionário.

Com relação à identificação étnica (Gráfico 02, Anexo I), 353 pessoas se disseram pretas/negras, o que corresponde a 81,5% dos participantes da pesquisa. Logo em seguida, estão aquelas que se identificaram como pardas, 47 pessoas ou 10,9%, 27 se identificaram como brancas (6,2%), e 5 como indígenas (1,2%).

Em termos de escolarização (Gráfico 03, Anexo I), tivemos o seguinte cenário: 47,8% cursou o ensino médio, completo (30,7%) e incompleto (17,1%), 33,3% fez o ensino fundamental, completo (10,4%) e

incompleto (22,9%), 13,4% com ensino superior, completo (5,1%) e incompleto (8,3%), 3,2% pós-graduação, e 2,3% disse não ter escolaridade formal.

Ainda que saibamos das limitações de nossa pesquisa com relação a sua capacidade de servir como amostra de um universo complexo, tivemos o seguinte quadro com respeito a idade das baianas: de 20 a 29 anos foram 6% das participantes, de 30 a 39 anos - 19,3%, de 40 a 49 anos - 35,7%, sendo esta a maior porcentagem de todas, de 50 a 59 - 26%, de 60 a 69 - 12%. Menores de 20 ou maiores de 70 não passaram de 1% das participantes. Como vemos, a faixa entre 30 e 60 anos foi a que contou com o maior número de baianas, em especial a faixa de 40 a 49 anos.

Deste grupo grande de Baianas(os) de Acarajé que participaram do formulário, 87,5% são filiadas à ABAM, e 12,5% responderam não fazer parte dos associados daquela instituição. Sabemos que há muitas detentoras que não são filiadas e que certamente não ficaram a par deste questionário, no entanto, é digno de nota perceber a grande mobilização que a ABAM construiu ao longo dos anos juntos às baianas de acarajé nos mais diferentes contextos a que estão desenvolvendo seu ofício. Tivemos participação rápida e massiva, de mais de 430 participantes, na consulta proposta, mais uma vez demonstrando a disposição da ABAM nas ações promovidas pelo IPHAN.

Agenciamentos contemporâneos do ofício: religião, subsistência e discriminação

Um dos temas que buscamos aprimorar em termos de compreensão a respeito do bem, foi entender a dimensão e a influência das religiões de matriz africana entre as baianas/os de acarajé. Como sabemos, essa relação é extremamente relevante desde um ponto de vista histórico e etnográfico, como bem apontado em diversos documentos e pareceres ao longo de todo o processo de Registro, afinal, foram as religiões de matriz africana no Brasil que deram origem, abrigo e fomento ao ofício hoje reconhecido como patrimônio nacional. No entanto, pela complexidade da mensuração dos aspectos religiosos e históricos do ofício e de sua reverberação e continuidade nas gerações atuais, principalmente pelas dinâmicas da sociedade brasileira contemporânea, cada vez mais evangélica, é sempre de difícil apreensão a dimensão desta influência entre as baianas de acarajé nos dias de hoje.

Como já mencionado acima, os resultados desta pesquisa são apenas complementares aos entendimentos presentes em outros estudos realizados, principalmente pela falta de controle e delimitação de seu universo, assim como pelo fato de ter sido realizada por meio de questionário online. No entanto, podemos encará-la como uma amostragem importante do universo heterogêneo das baianas no Brasil. Em termos de identificação religiosa, por exemplo, confirmou-se a grande identificação das baianas com as religiões de matriz africana. De todas as participantes, 37,6% se identificou como candomblecista, se somarmos com aquelas que se identificaram como umbandistas (3,9%), temos 41,5% de pessoas identificadas com religiões de matriz africana. Logo em seguida, temos 29,8% de baianas/os que se disseram católicas, 17,3% evangélicas, e 8,8% sem religião (Gráfico 04, anexo I). Ainda que o número de católicas e evangélicas tenha sido expressivo, é importante contextualizarmos este resultado com a identificação religiosa brasileira. Por exemplo, de acordo com o último Censo do IBGE (2012), em 2010, somente 0,3% dos brasileiros se identificaram como praticantes de Umbanda ou Candomblé. A passagem deste contexto macro, identificado no Censo, para os 41% de nossa consulta, nos parece, portanto, bastante significativa. Como veremos mais adiante, a conjuntura de intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana deve ser levada em consideração, inclusive, para reduzir este resultado expressivo de candomblecistas e umbandistas. Neste sentido, nos parece ser possível afirmar, assim como já identificavam outras pesquisas, que as práticas religiosas africanas no Brasil seguem sendo fontes fundamentais e basilares para o ofício das baianas de acarajé.

Outro resultado significativo é que mesmo sendo de outras religiões, quando perguntadas sobre a importância do Candomblé para o Ofício das Baianas de Acarajé, 80,9% das participantes responderam que os preceitos do Candomblé são "Muito importantes" (53,6%) ou "Importantes" (27,3%) para seu Ofício (Gráfico 05, anexo I), mostrando que, mesmo praticantes de outras religiões, reconhecem o legado das religiões de matriz africana para o ofício – algo já identificado no seminário das baianas relatado acima.

Tentando matizar as nuances da relação do ofício de baiana com a religiosidade de matriz africana, perguntamos a influência de tais religiões no preparo e comercialização do acarajé de cada baiana. As opções de resposta foram: "Faço acarajé como obrigação religiosa, ligada a preceitos do Candomblé"; "Sou do Candomblé, mas não faço acarajé como obrigação"; "Uso a indumentária de baiana em respeito à tradição, mas não sou adepta do Candomblé"; "Para mim, acarajé não tem a ver com religião"; e "Sou evangélica e faço acarajé/bolinho de Jesus". Nosso objetivo era medir o grau de incidência das práticas do Candomblé nos processos de produção e comercialização do acarajé, por isso colocamos de um lado do polo o ofício sendo uma obrigação votiva e religiosa, descoberta no terreiro, de outro lado tendo completa ausência ou negação dos preceitos religiosos africanos na sua produção.

Como deixamos um campo em aberto para respostas dissertativas, vimos que as duas primeiras opções tentavam medir de forma por demais sensível a vinculação das baianas com o Candomblé, já que a única diferença era entre uma obrigação religiosa estrita, pautada pelo terreiro/jogo de búzios, e o respeito aos preceitos do Candomblé, mas sem necessariamente significar obrigação religiosa. Como vimos que tal diferença causou certa confusão, e que elas eram complementares, resolvemos juntar as duas respostas. Dessa forma, temos o seguinte cenário: aquelas que disseram fazer o acarajé seguindo os preceitos do Candomblé somaram 41,9%. Quase a mesma porcentagem, 41,2%, respondeu que meramente "Usa a indumentária de Baiana(o) em respeito à tradição, mas não é adepta ao Candomblé". Aquelas que responderam que acarajé não tem qualquer relação com religião foram 14,6%; e 2,3% respondeu ser evangélica e fazer acarajé/bolinho de Jesus (Gráfico 06, Anexo I).

E aqui é interessante interpretarmos um pouco melhor os resultados dessa consulta. Primeiro que o dado que nos parece mais interessante de analisarmos é o das 63 pessoas, ou 14,6% dos participantes, que não enxergam qualquer relação do acarajé com religião. Neste número considerável, já que é bastante relevante o papel das religiões de matriz africana quando olhamos para a história do acarajé e do ofício das baianas, a grande maioria é identificada com religiões cristãs: quase 80% das que selecionaram esta opção são ou católicas (42,9%) ou evangélicas (36,5%) (Gráfico 07, anexo I). Este resultado pode sugerir uma série de fatores correlatos, primeiro, uma tentativa de apagamento dos saberes afro-brasileiros caros ao ofício das baianas por parte de certos segmentos de baianas, segundo, sendo mais otimista, o desconhecimento de tais saberes por algumas detentoras. Como veremos adiante, também podemos entender este dado como uma saída encontrada por certas baianas para contornar o contexto de intolerância religiosa a que estão submetidas e que está vinculado ao preconceito racial e religioso que existe no Brasil contra qualquer referência às religiosidades afro-brasileiras.

Mesmo assim, é interessante pontuar que houve pessoas dessas mesmas religiões, não identificadas com o Candomblé ou com a Umbanda, dizendo seguir de forma estreita os preceitos das religiões de matriz africana, como a oferta aos orixás ou a indumentária das baianas, no preparo e comercialização do acarajé. Mostrando novamente, portanto, a força de tais saberes para o ofício.

Este mesmo quadro se apresenta quando vemos o resultado da pergunta sobre qual o principal significado do ofício de baiana (Gráfico 08, Anexo I). Houve uma leve superioridade na escolha de sua relação com os elementos da religiosidade de matriz africana, sendo um símbolo de ancestralidade e identidade negra (52%). Mesmo assim, foi bastante considerável o número de participantes que entendem a relação econômica do ofício como o sentido mais significativo de seus afazeres (44,6%). Novamente, a opção de enxergar o ofício das baianas principalmente enquanto ferramenta para subsistência econômico-familiar tem relação direta com a religião das entrevistadas. No caso de baianas de acarajé identificadas como evangélicas, o sustento econômico como principal significado do ofício atinge 70% das respostas, diminuindo para 56,6% entre católicas e 22,3% entre candomblecistas e umbandistas (Gráfico 09, Anexo I).

Como vemos, os fenômenos dialogam. A relevância do ofício das baianas de acarajé como importante, senão, principal, meio de subsistência não é algo trivial. Esta característica sempre foi parte fundamental para a existência do ofício até os dias de hoje, sendo importantíssima para garantir o sustento das famílias desde o Brasil escravista. As falas do seminário retomadas no início deste relatório atestam a impossibilidade de separar os aspectos religiosos dos econômicos no ofício das baianas, algo que também vemos quando perguntamos diretamente se a venda do acarajé é o que mais contribui para a renda familiar, 90,5% das participantes responderam que sim, mostrando o grau de importância do ofício para o sustento de suas famílias (Gráfico 10, Anexo I). Ou seja, o lado "comercial" do ofício é parte fundamental de

sua existência. No entanto, na sociedade brasileira contemporânea, este importante aspecto adquiriu nuances específicas, relacionadas, por exemplo, à crescente evangelização da sociedade. Com isso, embora ainda uma minoria, vemos um tensionamento provocado por certos segmentos de baianas que buscam no acarajé seu sustento de vida, mas não querem envolvimento com seus aspectos religiosos historicamente presentes.

Este quadro se confirma quando olhamos as baianas que usam a indumentária característica do ofício, como os panos da costa, turbantes, fios de contas, etc, nos tabuleiros. De modo geral, das 433 participantes de nosso questionário, 76,2% (330), disseram usar as roupas e insígnias características das baianas de acarajé, e 23,8% (103) responderam não usar as indumentárias (Gráfico 11, Anexo I). Quando cruzamos os dados de religião com esta mesma pergunta, o uso da indumentária atinge 91,1% entre candomblecistas e umbandistas, 72,1% entre católicas, e 52% entre evangélicas.

Essas tensões se mantêm evidentes quando perguntamos a respeito dos casos de discriminação religiosa no contexto do tabuleiro (Gráfico 12, Anexo I). Um total de 146 baianas que participaram da pesquisa, 33,7% do total, responderam haver sofrido algum tipo de intolerância no desenvolvimento de seu ofício. O número nos pareceu bastante expressivo, afinal não foi restrito às baianas identificadas com o candomblé. Como deixamos em aberto as respostas a respeito dos casos de intolerância, muitos relatos trouxeram casos motivados apenas pelo uso da indumentária de baiana, em que baianas acabam sofrendo injúrias raciais e religiosas por causa de suas vestimentas ligadas ao Candomblé. A maioria dos casos relatados narram insultos referentes ao acarajé como oferenda ao "diabo/demônio". Listamos a seguir algumas respostas a este respeito: "Pessoas passaram na minha banca/tabuleiro e me dirigiram ofensas dizendo que meu acarajé era coisa do diabo"; "Eu vendo acarajé na praia de Jauá e uma vizinha de ponto estava falando para os clientes não comprarem comigo, pois o meu acarajé era oferecido, era da macumba. Me senti muito mal com isso"; "Quando digo que sou baiana, já me chamam de feiticeira"; "Pessoas, principalmente evangélicas, dizendo que meu acarajé é do capeta e outras situações parecidas por causa das indumentárias"; "Quando comecei a vender na minha rua, os evangélicos jogavam sal grosso perto do meu tabuleiro, dizendo que era acarajé do demônio. Não deixavam as crianças comprarem meu acarajé e ainda falavam que primeiro eu dava o acarajé ao diabo"; "Na praça em que trabalho, os evangélicos que pregam lá, me disseram que sou demoníaca e que deveria me libertar".

Nos parece que é justamente neste contexto de hostilidade que muitas baianas tentam desvincular os aspectos religiosos de seu ofício, pois não deixa de ser um meio viável de escapar da discriminação e garantir o importante sustento de suas famílias. Essa interpretação também está baseada nos relatos das injúrias e discriminações sofridas pelas baianas que, para fugir das agressões, afirmam a inexistência dos aspectos religiosos em seu acarajé: "O cliente perguntou se meu acarajé era oferecido, e eu respondi que o oferecido era no terreiro, mas que no meu ponto era vendido"; "Muitos perguntam se o acarajé era oferecido, se era acarajé de macumba. Eu respondia que sim, que é oferecido a todos que puderem comprar. Mas não é de macumba, é de feijão e seus recheios"; "Pelo fato da gente estar vestida de baiana, tem muita gente que acha que a gente é do Candomblé e, as vezes que se veste de baiana, é porque necessita"; "Muitas pessoas acham que fazer acarajé tem a ver com Candomblé. Só que eu não me importo com o que as pessoas pensam, o importante é que sou baiana com muito orgulho, adoro o que faço"; "Porque eu sou evangélica e trabalho vestida de baiana, aí têm muitas pessoas que criticam, falam que cristã não pode se trajar de baiana, que isso é coisa de Candomblé. Eu respondo que isso não tem nada a ver, que ali eu sou uma baiana, que é a minha profissão."

Como vemos, em meio a um contexto de discriminação, interno e externo às detentoras, muitas baianas parecem optar por se desvincular dos aspectos religiosos de suas práticas em torno do acarajé, na tentativa de manter seu ofício sem ser vítima de agressões por parte de praticantes de outras religiões. Diante deste cenário, no qual um ofício é a principal fonte de renda das famílias, ao mesmo tempo em que vemos forças discriminatórias operando contra os aspectos históricos e religiosos do mesmo, a opção de entendê-lo apenas como "profissão" parece tentadora.

Nessa soma de atravessamentos, podemos identificar a correlação de um contexto econômico pauperizado, um ofício que é historicamente voltado ao comércio e que obtém sucesso enquanto principal fonte de renda familiar, a discriminação racial e religiosa contra suas características mais marcantes, assim como o próprio desconhecimento de seus elementos históricos, sendo todos conjugados

em torno de um certo desencantamento do Acarajé. É um cenário bastante complexo para ser analisado apenas por nossa breve pesquisa, por isso seria importante avaliar com maior aprofundamento, inclusive com outros métodos de consulta às baianas de acarajé, a fim de entender se tais forças estão ou não transformando características históricas do bem à revelia dos interesses das baianas e colocando em risco a continuidade do ofício tal qual surgiu e foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil.

Abrangência e localização dos tabuleiros

Outro dado interessante a ser comparado com as informações presentes no Dossiê de Registro é a referência da localização dos tabuleiros às áreas centrais de Salvador, principalmente no Pelourinho: "Nesse contexto, as baianas de acarajé integram e compõem o cenário urbano cotidiano e a paisagem social daquela cidade (Salvador). Representam tradições afro-descendentes fundamentais das identidades da população que mora e transita nas áreas centrais e antigas, em que se destaca o conjunto arquitetônico do Pelourinho." (p.18). Se formos levar em consideração nossa pesquisa, temos um quadro distinto a este.

Ainda que a maioria das baianas de acarajé de nossa pesquisa estejam localizadas no estado da Bahia (79,8%), há baianas em quase todos os estados brasileiros, especialmente no Rio de Janeiro (9,6%) e em São Paulo (3,1%) (Gráficos 13 e 16, Anexo I). Como nosso questionário não pode ser tratado enquanto uma amostra controlada do universo das baianas de acarajé, ao menos tem a faculdade de servir para uma compreensão da diversidade dos contextos regionais. Nesse sentido, é interessante vermos que não só há baianas em várias cidades da Bahia, como elas também estão localizadas nos mais diferentes bairros de suas cidades.

Quando questionamos se seus tabuleiros eram próximos ao centro ou à periferia de seus municípios, tivemos grande parte das baianas (37%), não só de Salvador, respondendo que colocam seus tabuleiros próximo à periferia, e 44,8% respondendo que estão próximas ao centro. 10,4% das participantes disseram colocar seu tabuleiro em orlas ou próximo a praias, e 2,8% disseram não ter ponto fixo de venda, armando o tabuleiro apenas em eventos, feiras, ou festas de largo (Gráficos 14 e 15, Anexo I).

Há uma certa divergência nos documentos produzidos pelo IPHAN a este respeito. Na certidão que atesta o Registro do Bem no Livro de Registro dos Saberes, há referência apenas à cidade de Salvador como local de abrangência do Ofício das Baianas de Acarajé. No entanto, no antigo portal web do IPHAN a abrangência era ampliada ao estado da Bahia. Tais divergências causam certos transtornos às detentoras, pois, segundo relatam, acabam refletindo no acesso às políticas públicas de salvaguarda não só do IPHAN como de possíveis órgãos parceiros. Ouvimos relatos de baianas que buscaram as superintendências ou suas respectivas secretarias locais, e que foi negado o acesso a políticas de salvaguarda pelo fato da abrangência não contemplar o estado em questão. Sendo o IPHAN um órgão federal e, sendo os bens registrados nacionalmente reconhecidos com títulos de Patrimônio nacionais, tais desdobramentos causam confusão entre os detentores e a administração pública.

Por estes motivos, uma demanda recorrente das baianas de acarajé é que as políticas públicas voltadas a elas sejam realizadas em todos os estados da federação que contarem com suas representantes. A demanda de mudança de abrangência, portanto, apresentada nos eventos que promovemos com as detentoras, está especificamente pautada na possibilidade de acesso às políticas patrimoniais tanto do IPHAN, mas também de órgãos locais que poderiam ser sensibilizados caso houvesse este entendimento de abrangência mais amplo.

E, ao nosso ver, tal reivindicação não é sem fundamento. Ainda que não haja um mapeamento preciso da distribuição das baianas de acarajé no território nacional, a partir de dados fornecidos pela sra. Rita Santos, coordenadora nacional da ABAM, é possível verificar a presença das baianas em pelo menos vinte e duas UF's do país. Mas quem são essas baianas pelo Brasil? Com quem aprenderam o seu ofício? Segundo o formulário, dentre as baianas que responderam viver fora da Bahia, das 90 respostas, 38,9% responderam ter aprendido com algum familiar. Algumas aprenderam em cursos de capacitação, em terreiros, com amigos da Bahia ou em alguns casos são baianas da Bahia que migraram para outros estados brasileiros.

O que queremos apontar com isso é que, a história da difusão dos conhecimentos associados ao ofício das baianas de acarajé por todo Brasil está diretamente associada à história das migrações de famílias nordestinas para outras regiões do país em busca de melhores condições de vida. Esse foi o caso, por exemplo, da sra. Eleonora Aparecida Alves, carioca de família baiana que se mudou para São Paulo onde atuou como baiana de acarajé e coordenou a ABAM-SP até julho de 2021, quando, infelizmente, faleceu vítima do COVID-19.

Em suma, restringir a abrangência do ofício apenas à cidade de Salvador é ignorar o impacto que a história desses processos migratórios tiveram para a formação da identidade e da cultura brasileira: admitir a mudança de abrangência é lançar luz sobre a história de inúmeras baianas que, mesmo com todas as adversidades, conseguiram se estabelecer em novas localidades e contribuíram para a difusão em todo o território nacional deste importante bem cultural.

Ações de salvaguarda, saberes, características e protagonismo da ABAM

Em outra seção de nosso formulário de pesquisa, fomos atrás da avaliação das baianas a respeito das dificuldades encontradas no tabuleiro, buscando entender os desafios que enfrentam para projetarmos os próximos passos da salvaguarda. Como vimos, os desafios da discriminação racial e religiosa, já identificados no registro, seguem operando contra o ofício das Baianas. Além deles, um assunto recorrente no dia-a-dia de nossas consultas são os problemas com as secretarias municipais, quando estas planejam intervenções nos espaços públicos sem consultar os detentores que os ocupam. A análise desta seção será realizada nas próximas etapas das ações de salvaguarda, já que o tempo exíguo para a produção deste relatório e a complexidade de tais temas não permitiram trabalharmos em cima de todos os dados.

Em um próximo momento da análise dos dados levantados por nosso questionário, nos debruçaremos sobre:

- Dados sobre tempo de ofício
- Dados sobre alimentos que compõem o tabuleiro
- As maiores dificuldades enfrentadas no tabuleiro
- Deslocamentos dos tabuleiro por ações da polícia
- Se já participou de ações promovidas pelo IPHAN
- O alcance das políticas de salvaguarda
- Tipos de ações que devem ser priorizadas pelo IPHAN
- Memorial das baianas
- As mudanças que notaram após o título de patrimônio
- Ações para o futuro

VI. CONCLUSÃO

Durante o processo de salvaguarda promovido e apoiado pelo IPHAN ao longo dos últimos dezesseis anos, aliado aos dados produzidos para a discussão do processo de reavaliação do bem, foi possível tanto confirmar permanências em relação à pesquisa produzida durante o Registro do bem como também perceber uma série de mudanças às quais esteve sujeito o ofício e suas detentoras.

O ofício das Baianas de Acarajé segue sendo majoritariamente praticado por mulheres, principalmente por mulheres negras e que, ainda mais se comparado ao restante da população brasileira, tem uma presença expressiva de candomblecistas e/ou umbandistas. O conjunto de práticas e saberes ligados ao ofício ainda conservam também uma série de características ligadas ao Candomblé e às suas

formas tradicionais de venda e comercialização. Ainda assim, o ofício possui uma dimensão identitária e de herança familiar forte, sendo praticado por mulheres de outros segmentos religiosos, muitas vezes advindas de famílias de baianas de muitas gerações.

A partir da observação técnica e dos dados reunidos com o formulário, outra questão que é relevante apontar, é que diferentemente do entendimento de muitos estudiosos nos primeiros anos de registro, não parece haver uma separação tão rígida entre as baianas “de terreiro”, “de tabuleiro” e “de evento”: em muitos casos essas identidades se articulam e sobrepõem dentro e fora da ABAM.

Em relação à ABAM, presente desde o início do processo de Registro do Bem, ela segue atuando de maneira constante e bastante participativa nas ações de salvaguarda. Ainda que estejamos sempre buscando ampliar o acesso de diferentes segmentos de detentoras/es às políticas patrimoniais, filiadas ou não à associações formais, é notável a capacidade de articulação e de mobilização da ABAM quando convidada a contribuir com o processo de salvaguarda do ofício. Desde a presença massiva em seminários e eventos promovidos em parceria com o IPHAN, até a disposição com este processo de reavaliação, sempre contamos com um número expressivo de baianas que reiteradamente legitimam a força da representatividade da ABAM entre as detentoras/es na interação com as políticas de salvaguarda, extrapolando, inclusive, o estado da Bahia, quando faz as ações reverberarem até em outros países onde baianas exercem seu ofício.

Ademais, em um país profundamente marcado pela escravidão, é impossível desvincular a construção dos saberes populares da sua relação com o trabalho. Durante muito tempo se pensou a produção de cultura da população negra, desde os tempos da escravidão, exclusivamente fora dos espaços de trabalho, mas é importante perceber de que forma os espaços de trabalho foram utilizados para também construir e fortalecer as expressões culturais. Como bem afirmou João Reis em relação à Bahia oitocentista: “não se trata de deduzir cultura diretamente dos processos e relações de trabalho e produção, mas de ter em conta que os escravos, ao lado dos libertos, não suspendiam a elaboração de significados culturais, a simbolização da vida, durante a geração de bens e serviços” (REIS, 2019: 72).

Além disso, é preciso ter em vista que a separação muito rígida entre dimensões da vida como família, lazer, trabalho, arte, religião etc. é um paradigma muito ligado ao às divisões da modernidade eurorreferenciada. O ofício das baianas, nesse sentido, parte de uma lógica cultural fortemente vinculada à ancestralidade africana em que a devoção religiosa, o trabalho, a família, a cultura estão em constante associação.

Por isso, o desafio do IPHAN é promover ações que consigam articular essas dimensões: ainda que haja um limite no escopo, investir cada vez mais em articulações institucionais com outros órgãos públicos pode ser o caminho para contribuir com as questões relacionadas ao universo do trabalho, bem como a realização de eventos em que se façam presentes essas múltiplas dimensões de forma articulada. Além disso, assim que o contexto epidemiológico permitir, se faz extremamente necessária a realização do ciclo de oficinas previsto para construção do plano de salvaguarda do ofício das baianas de acarajé da Bahia, pois contribuirá não só com o futuro da salvaguarda no estado como impulsionará também outros processos de salvaguarda das baianas pelo país.

Em termos de riscos ao bem, acreditamos que os três principais desafios a serem enfrentados na atualidade são: 1. A intolerância/discriminação religiosa e a relação de conflito com alguns segmentos evangélicos de dentro e de fora do ofício; 2. A insegurança no uso e ocupação do espaço público, sobretudo no conflito com as prefeituras e órgãos de ordenamento público; 3. As apropriações do mercado, seja na venda e comercialização dos produtos por parte de grandes empresas, seja no distanciamento de algumas baianas/vendedoras de acarajé de suas formas tradicionais de produção e comercialização (o abandono do tabuleiro e do uso da indumentária, modificações exageradas da receita e do modo de servir, dentre outros).

O desafio das detentoras é, em um mundo cada vez mais mercadológico, não se desvincular daquilo que as fazem ser reconhecidas como patrimônio cultural brasileiro: os saberes tradicionais construídos ao longo de gerações, que articulam dimensões da religião, da cultura e dos modos de vida das populações de matriz africana, importante grupo formador da sociedade brasileira.

VII. RECOMENDAÇÕES

Diante de todo o quadro exposto, é do entendimento deste corpo técnico de que o Ofício das Baianas de Acarajé deve ser revalidado e recomenda-se também a mudança de abrangência do bem cultural para todo território nacional.

É o parecer, salvo superior entendimento.

Assinam este parecer:

MARINA L. DE AQUINO BARRETO

Historiadora

Núcleo de Patrimônio Imaterial

COTEC/IPHAN-BA

BRUNO NASCIMENTO HUYER

Antropólogo

Núcleo de Patrimônio Imaterial

COTEC/IPHAN-BA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. LIMA, Alessandra Rodrigues. "Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: As narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial". Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural—Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

2. MARTINS, Patricia. "O Ofício das Baianas de Acarajé: trajetória e desdobramento de um plano de salvaguarda". Segundo Produto do contrato 2296/2010 vinculado a consultoria da Unesco/IPHAN. Brasília, dezembro de 2010.

3. REIS, João José. "Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia". Companhia das Letras, 2019.

ANEXOS:

ANEXO I (2956617)

Questionário Ofício das Baianas de Acarajé (2956569)

Respostas Questionário Ofício das Baianas de Acarajé (2956611)



Documento assinado eletronicamente por **Marina Leao de Aquino Barreto, Técnico I**, em 13/09/2021, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Nascimento Huyer, Técnico I**, em 13/09/2021, às



17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2956233** e o código CRC **6CE4BD9B**.

Referência: Processo nº 01450.001455/2021-40

SEI nº 2956233